

Influência das políticas de responsabilização na prática pedagógica de professores em quatro estados da Região Nordeste*

Maíra Lana Kascher Santos

Edmilson Antônio Pereira Junior

Dalila Andrade Oliveira

Resumo

Políticas de responsabilização influenciam o trabalho docente, particularmente no que diz respeito à autonomia profissional dos educadores e elas classificam-se em alta ou baixa responsabilização. Nos estados da Bahia e do Rio Grande do Norte, elas caracterizam-se como de baixa responsabilização de escolas e professores, balizadas pelos resultados de testes aplicados a estudantes, enquanto na Paraíba e em Pernambuco são de alta responsabilização. A amostra do estudo foi constituída por 901 professores de escolas públicas do ensino fundamental e do ensino médio desses quatro estados e a coleta de dados realizou-se por meio de um questionário eletrônico autoaplicável. Foram usados testes estatísticos para verificar a associação entre as práticas docentes e as políticas de responsabilização dos entes federativos estaduais. Observou-se que os gestores escolares em estados de alta responsabilização orientam com mais intensidade que os professores direcionem suas práticas pedagógicas visando os testes padronizados.

Palavras-chave: testes padronizados; prática pedagógica; políticas de responsabilização.

* O artigo se baseia na dissertação de mestrado de Maíra Lana Kascher Santos (2023), vinculada ao projeto financiado pelo CNPq: "Políticas públicas para a melhoria do ensino médio: socialização científica, tradução e transferência de resultados". Processo nº 440077/2017-6.

Abstract

The influence of accountability policies on the pedagogical practices of teachers in four states in the Northeast region of Brazil

Accountability policies influence teaching, particularly with regard to the professional autonomy of educators, being classified as high or low accountability. In the states of Bahia and Rio Grande do Norte such policies, based on student test results, have a low accountability for schools and teachers, while Paraíba and Pernambuco have a high accountability. The study sample consisted of 901 teachers from public primary and secondary schools in these four states, while data was collected through a self-administered electronic questionnaire. Statistical tests were conducted to determine the association between teaching practices and state-level accountability policies. The results show that school administrators in high-accountability states more intensively guide teachers to align their pedagogical practices with standardized tests.

Keywords: standardized tests; pedagogical practice; accountability policies.

Resumen

La influencia de las políticas de responsabilidad en las prácticas pedagógicas de los docentes en cuatro estados de la región Nordeste de Brasil

Las políticas de accountability influyen en el trabajo docente, particularmente en lo que respecta a la autonomía profesional de los educadores y se clasifican en de alta o baja rendición de cuentas. En los estados de Bahia y Rio Grande do Norte, se caracterizan por una baja rendición de cuentas de las escuelas y los docentes, según los resultados de las pruebas aplicadas a los estudiantes, mientras que en Paraíba y Pernambuco son altamente responsables. La muestra del estudio estuvo compuesta por 901 docentes de escuelas públicas de educación básica y secundaria de estos cuatro estados y la recolección de datos se realizó mediante un cuestionario electrónico autoadministrado. Se aplicaron pruebas estadísticas para verificar la asociación entre las prácticas docentes y las políticas de rendición de cuentas de las entidades federativas estatales. Se observó que los gestores escolares de los estados con alta rendición de cuentas orientan con más intensidad a los docentes para que dirijan sus prácticas pedagógicas hacia las pruebas estandarizadas.

Palabras clave: pruebas estandarizadas; práctica pedagógica; políticas de responsabilidad.

Introdução

Desde a década de 1990, a *accountability* nas políticas educacionais tem se intensificado em diversos países, impulsionada pela adoção dos princípios da Nova Gestão Pública. Este artigo vem analisar os impactos das políticas de responsabilização sobre as práticas pedagógicas em quatro estados do Nordeste brasileiro, explorando como tais políticas influenciam as orientações dadas aos professores para que concentrem seus esforços na melhoria dos resultados em testes padronizados.

Diversos estudos têm evidenciado as consequências das políticas de responsabilização, majoritariamente baseadas em avaliações padronizadas, cujos resultados se tornam os balizadores das decisões sobre escolas e professores. Segundo Gewirtz (2002) e Menken (2006), tais políticas têm induzido a práticas de *teaching to the test*, ou seja, a um processo de “ensino para o teste”, relegando a um segundo plano o currículo tradicional em favor dos conteúdos avaliados. Normand (2018) argumenta que essas políticas, sustentadas por uma lógica de eficiência econômica, regulam de maneira decisiva as práticas pedagógicas, subordinando-as à obtenção de resultados.

No Brasil, as avaliações externas ganharam protagonismo nas políticas educacionais a partir de 1991, com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Em 2007, essas políticas foram impulsionadas pelo estabelecimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que conjuga a taxa de aprovação e as médias de desempenho dos estudantes em exames de larga escala. Com o estabelecimento de um sistema de avaliação nacional, estados e municípios passaram a desenvolver os seus próprios sistemas de avaliação educacional, visando responder às metas estabelecidas em âmbito federal. Oliveira e Carvalho (2021) argumentam que, embora o princípio da descentralização denote uma relativa autonomia de estados e municípios para legislar no campo educacional, a consolidação de avaliações externas e indicadores de resultados, como o Ideb, levou a uma regulação da educação nacional pelo Governo Federal. Na Região Nordeste, todos os nove estados possuem sistemas próprios de avaliação, sendo os mais recentes o Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (Seama) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Sergipe (Saese), ambos criados em 2019.

As políticas de responsabilização trazem consequências sobre o trabalho docente, particularmente no que diz respeito à autonomia profissional dos educadores. De acordo com Maroy (2013), esse regime de responsabilização compromete o profissionalismo docente, uma vez que condiciona as decisões pedagógicas à obtenção de resultados em avaliações externas. Isso não apenas questiona a competência dos professores, mas também sugere uma desconfiança sobre sua capacidade de avaliar e promover o aprendizado pleno. Ranson (2003) salienta que os currículos escolares, tradicionalmente desenvolvidos dentro de comunidades profissionais, passaram a ser submetidos ao escrutínio público, limitando significativamente o domínio dos professores sobre o conteúdo e a metodologia de ensino. Esse cenário implica uma erosão da autonomia docente,

restringindo os professores a executarem um papel cada vez mais circunscrito e orientado por métricas externas.

Diante desse contexto, este estudo analisa os efeitos das políticas de responsabilização, relacionadas aos resultados dos estudantes em testes externos, sobre a prática pedagógica dos docentes, considerando estados que se distinguem em relação aos níveis de responsabilização de escolas e professores. Um grupo abrange os estados da Bahia e do Rio Grande do Norte, que são considerados de baixa responsabilização, e o outro, de alta responsabilização, inclui a Paraíba e Pernambuco. Desse modo, uma técnica estatística foi empregada para verificar a influência dessas políticas de responsabilização sobre o direcionamento realizado pelos gestores escolares para que os professores ajustem suas práticas pedagógicas visando aos testes padronizados.

Políticas de responsabilização em quatro estados da Região Nordeste

O estudo foca em quatro estados do Nordeste brasileiro, que é uma das regiões mais afetadas pela desigualdade no Brasil. No que diz respeito à qualidade do ensino, o Ideb dos quatro estados aqui analisados apresenta valores¹ abaixo da média nacional (5,8) para os anos iniciais do ensino fundamental. A pior posição entre esses estados é do Rio Grande do Norte (5,0), seguido por Bahia (5,2) e Paraíba e Pernambuco (5,4). Tomando o mesmo indicador para o ensino médio, somente Pernambuco (4,4) supera a média nacional (4,2), enquanto Rio Grande do Norte (3,4), Bahia (3,6) e Paraíba (4,1) ocupam, respectivamente, 25^a, 22^a e 13^a posições entre os estados brasileiros (Oliveira; Duarte; Rodrigues, 2019).

A condução dos sistemas próprios de avaliação é feita de forma diferenciada pelos estados e municípios, que enfatizam aspectos distintos em relação à responsabilização dos envolvidos no processo educacional. Nos quatro estados analisados, utilizou-se a classificação realizada por Oliveira e Clementino (2020) sobre a condução das políticas de avaliação nessa região, que considera dois grupos que diferem em relação ao nível de responsabilização, seja ela material ou simbólica, à qual os estados submetem, principalmente, as escolas e os professores. O primeiro grupo abrange Pernambuco e Paraíba, que são classificados como de alta responsabilização, em virtude de seus sistemas de avaliação educacional estabelecerem medidas de premiação ou sanção de acordo com os resultados dos estudantes nos testes cognitivos. No outro grupo, Bahia e Rio Grande do Norte são considerados de baixa responsabilização, pois as suas políticas de avaliação educacional apresentam pouca ou nenhuma implicação para a comunidade escolar, apesar de os indicadores de qualidade da educação, medidos por meio das avaliações externas, serem reconhecidos como importantes para o desenvolvimento das suas políticas educativas.

¹ Resultados do ano de 2021.

Primeiro grupo: alta responsabilização

Pernambuco foi o primeiro desses estados a desenvolver o seu sistema de avaliação, tendo criado o Programa Pernambucano de Modernização da Gestão Pública (Progestão/PE) em 2000, considerado um novo marco legal para promover a modernização da administração pública com base nos fundamentos do gerencialismo. No mesmo ano, foi instituído o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (Saepe), cujo objetivo é monitorar o desempenho dos estudantes nos testes padronizados, vinculando esses resultados às políticas de incentivo. O argumento era de que essa estratégia visava melhorar a qualidade das escolas e diminuir as desigualdades escolares.

Dois mecanismos sedimentaram a estruturação das políticas de responsabilização nesse estado: a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (Idepe) em 2007; e a implementação do Bônus por Desempenho Educacional (BDE) em 2008. O Idepe é composto pelos resultados dos estudantes nos testes e pelas taxas de aprovação, seguindo os mesmos procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) em relação ao Ideb. Além de funcionar como um indicador diagnóstico da qualidade educacional no estado, o Idepe é requisito para a concessão do BDE, cujas metas são firmadas entre as escolas e a Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco (SEE/PE). Esse bônus salarial corresponde a uma premiação oferecida aos servidores, os quais devem se encontrar em efetivo exercício nas escolas da rede pública estadual de ensino ou nas Gerências Regionais de Educação (GRE) que atingem os resultados pactuados.

Além da bonificação, os resultados do Idepe devem ser obrigatoriamente publicizados em cartazes visíveis ao público pelas unidades educacionais, conforme estabelecido na Lei nº 14.602/2012, constando o seu Ideb e o Idepe médio do estado. Existe também o Prêmio Idepe, lançado em 2015, que homenageia as escolas municipais e estaduais, as gerências regionais e os municípios que alcançam os maiores índices e progressão dos resultados. Essas ações visam à exposição pública dos resultados como elemento fundamental da prestação de contas, gerando pressão externa para a melhoria do desempenho das escolas.

Na gestão das escolas, a política de responsabilização incide sobre o cargo de diretor, tanto no processo seletivo, no qual uma das etapas tem como exigência um plano de gestão para dois anos, atrelado aos resultados dos índices nacional e estadual, quanto no decorrer da gestão, que é submetida a um processo de avaliação. Essas exigências estão contidas na Portaria SEE/PE nº 5.661/2014, destacando que são avaliados os indicadores acordados no Termo de Compromisso de Gestão Escolar e no Plano de Gestão e Parâmetros de Desempenho.

No estado vizinho, é por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba (IDEPB), criado em 2012, que é monitorada a qualidade das escolas, a partir de avaliações aplicadas aos estudantes das redes públicas de ensino do 5º e 9º anos do ensino fundamental e aos da 3ª série do ensino médio, juntamente com o fluxo escolar. O Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba, denominado Avaliando o IDEPB, estabeleceu uma série de procedimentos de responsabilização,

como a bonificação de escolas e profissionais da educação atreladas ao alcance das metas e critérios acordados.

No mesmo ano, foram instituídos, pela Lei nº 9.879/2012, os prêmios Escola de Valor e Mestres da Educação, os quais buscam fomentar e valorizar as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas públicas do estado que são consideradas exitosas. O Prêmio Escola de Valor concede 14º salário a todos os profissionais das escolas da rede estadual de educação básica que registraram crescimento nos resultados dos índices de qualidade educacional. Por sua vez, o Prêmio Mestres da Educação disponibiliza 15º salário aos docentes responsáveis por projetos e práticas selecionadas que contribuíram para a melhoria do desempenho dos alunos. Previstos em edital específico lançado anualmente pela Secretaria de Estado da Educação (SEE-PB), os critérios para a seleção dos projetos abrangem os resultados do Avaliando o IDEPB e os índices de eficiência na gestão e aprendizagem dos alunos, que devem atingir a pontuação mínima de 7,0. Em relação aos dois prêmios, Silva, Silva e Freire (2022) explicam que a bonificação de professores ocorre por meio de dois modelos de pagamento por desempenho: o individual, à medida que os esforços dos professores se tornam “reconhecidos” e geram estímulos ao corpo docente; e o coletivo, que premia todos os profissionais da escola, promovendo seu comprometimento com a melhoria dos resultados.

No entanto, o Avaliando IDEPB foi descontinuado em 2023, sendo substituído pelo Sistema de Avaliação Educacional da Paraíba (Siave). Em conjunto com os prêmios Escola de Valor e Mestres da Educação, o Siave possibilita classificar o estado da Paraíba como sendo de alta responsabilização.

Segundo grupo: baixa responsabilização

A Bahia faz parte do grupo de estados que, embora reconheçam as avaliações como uma dimensão importante da qualidade educacional, não possuem normativas claras que relacionem os resultados dos estudantes nos testes padronizados a ações ou sanções destinadas a docentes ou escolas.

O Sistema de Avaliação Baiano da Educação (Sabe) foi criado em 2007 para produzir um diagnóstico sobre a proficiência dos estudantes das suas redes públicas municipais e estaduais, visando contribuir com o acompanhamento e a proposição de intervenções para a melhoria da qualidade do ensino. Ao Sabe, foram incorporadas a Avaliação Externa do Ensino Médio (Avalie Ensino Médio) em 2008 e a Avaliação Externa da Alfabetização (Avalie Alfa) em 2011.

O Avalie Ensino Médio aplica testes a estudantes do ensino médio regular e da educação profissional integrada ao ensino médio (EPI), focando em quatro áreas do conhecimento acrescidas da produção textual. Essa avaliação acompanha o desempenho desses estudantes por meio de questionários e testes que utilizam a mesma matriz de competências e habilidades do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O Avalie Alfa foi instituído em 2011 para medir o nível de alfabetização de crianças do 2º ano do ensino fundamental das escolas estaduais e municipais que

aderiram ao Pacto Todos pela Escola. Aplica-se a avaliação em dois momentos: no início do ano letivo, quando se faz o diagnóstico do nível de alfabetização da criança com base na aplicação da Provinha Brasil, que é gerida pelo Inep; e ao final do ano letivo, quando são identificadas as habilidades dominadas e as dificuldades permanentes, relacionando-as a fatores sociais e de contexto dos estudantes.

O Sabe foi interrompido em 2013 e retornou, com reformulações, em 2019. Esse sistema avalia as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática junto aos estudantes das redes estadual e municipais do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio e da EPI. Em 2020, o Sabe avaliou as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências junto aos estudantes do 4º e 8º anos do ensino fundamental, além da 1ª e 2ª séries do ensino médio regular e da EPI. Em 2021, devido à pandemia de covid-19, aplicou-se a prova Integra Sabe nos formatos presencial e digital, abrangendo os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. As disciplinas avaliadas e o público-alvo voltaram a ser iguais aos de 2019.

Embora o sistema de avaliação educacional da Bahia tenha passado por sucessivos processos de descontinuidade e retomada, em nenhum momento houve programa ou prêmio que relacionasse os resultados do Sabe à responsabilização de escolas, professores ou alunos. No entanto, cabe mencionar que, em outubro de 2023, a SEC-BA lançou dois editais para premiar as escolas que alcançaram as metas do Ideb e as iniciativas exitosas focadas na gestão da aprendizagem. O Edital nº 13/2023 premia as escolas estaduais e Núcleos Territoriais de Educação (NTE) que atingiram as metas do Ideb. Do valor destinado às escolas, pelo menos 40% deve ser destinado a ações propostas pelos professores, como participação em eventos ou realização de projetos. O restante dos recursos é destinado ao investimento em estrutura tecnológica, equipamentos e mobiliário. Já o Edital nº 14/2023 premia as escolas com turmas de 3ª série do ensino médio e 9º ano do ensino fundamental engajadas em ações de gestão da aprendizagem, por meio de recursos financeiros a serem utilizados em evento ao fim do ano letivo para melhorar o desempenho escolar.

Conforme descrito no portal do Governo do Estado, os resultados do sistema de avaliação baiano servem para realizar diagnósticos de desempenho e acompanhar as escolas.

No Rio Grande do Norte, a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (Seec/RN) criou o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional, denominado Simais, em 2016, que se tornou parte do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte, ou Projeto RN Sustentável, que estabelece o desenvolvimento de ações articuladas entre as secretarias, objetivando a modernização da gestão das políticas públicas e a diminuição das desigualdades socioeconômicas do estado.

O Simais abrange o Programa de Avaliação da Aprendizagem do RN (RN Aprende), uma avaliação externa em larga escala, realizada anualmente com estudantes do 5º, 6º e 9º anos do ensino fundamental e da 1ª e 3ª séries do ensino médio. São avaliadas as áreas de Língua Portuguesa e Matemática, cuja matriz de

referência é alinhada à do Saeb, para permitir a comparabilidade dos resultados. Já foram realizadas cinco edições da avaliação com estudantes do ensino fundamental (2016, 2017, 2019, 2022, 2023) e seis com alunos do ensino médio (2016, 2017, 2018, 2019, 2022, 2023).

Em 2019, a prova Simais Alfa, que avalia a aprendizagem de crianças do 2º ano do ensino fundamental, foi incorporada ao sistema de avaliação do estado. O Simais não vincula nenhuma iniciativa de bonificação à produtividade de escolas e professores.

Direcionamento das práticas pedagógicas para os testes padronizados

A centralidade das avaliações externas no processo educacional tem promovido efeitos consideráveis sobre as práticas docentes em sala de aula. De acordo com Ravitch (2010), esse processo produz um estreitamento dos conteúdos escolares à medida em que se intensifica a preparação para os testes, denotando um maior destaque às disciplinas de Matemática e da Língua Portuguesa, e marginalizando os outros conteúdos, sobretudo as Ciências Humanas e Naturais. Na mesma direção, Menken (2006) destaca que as políticas de *accountability* têm criado pressão sobre os currículos e imposto estratégias de ensino focadas no conteúdo dos testes.

Au e Apple (2010) afirmam que as avaliações externas corromperam os processos de ensino e aprendizagem, dado que impõem que os docentes priorizem determinados conteúdos, além de fazerem com que os estudantes desenvolvam a memorização mecânica. Essa perspectiva se aproxima de Gewirtz (2002) que, ao analisar as reformas gerenciais da educação inglesa do final dos anos 1980, aponta para um processo de *teaching to the test*, ou o direcionamento das práticas de sala de aula para os tópicos abordados nos testes padronizados. Os sistemas de avaliação centrados no desempenho de estudantes, além de responsabilizar os docentes pelos resultados educacionais, corroboram o processo de desprofissionalização dessa carreira. Esses profissionais vão perdendo o controle sobre sua prática de ensino, atuando de forma performática na transmissão dos conteúdos estabelecidos nos testes padronizados (Maroy, 2013).

Tanto a restrição dos currículos ao que é cobrado nas avaliações externas quanto a pressão sobre docentes e escolas para a conquista de melhores resultados têm fomentado o acirramento das desigualdades educacionais. Esses processos de avaliação têm focado na formação de crianças e jovens para o mercado de trabalho, baseada nas habilidades de raciocínio matemático e de domínio da língua, negando a esses sujeitos uma formação ampla para o exercício da cidadania (Ravitch, 2010). A imposição dos resultados perante o trabalho dos professores e da gestão escolar pode resultar em danos, como a trapaça na realização dos testes, a expulsão de alunos com notas baixas e a seleção formal ou informal de alunos para realizar os testes padronizados (Au; Apple, 2010).

Metodologia

Este estudo emprega metodologia quantitativa, a partir dos dados coletados na pesquisa *As condições de oferta da educação básica pública em quatro estados do Nordeste do Brasil*, realizada em 2021 e 2022 pelo Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A amostra da pesquisa contou com 901 docentes das redes públicas municipais e estaduais que atuam no ensino fundamental e no ensino médio, assim distribuídos: 219 em escolas localizadas na Bahia, 239 na Paraíba, 318 em Pernambuco e 125 no Rio Grande Norte.² O *survey* utilizou um desenho de amostragem probabilístico e a coleta de dados foi feita por meio de um formulário eletrônico autoaplicável.

Entre as variáveis utilizadas no estudo, uma classifica o sistema de responsabilização dos estados e as outras três abordam a frequência com que os gestores escolares recomendam aos docentes direcionarem suas atividades visando aos testes padronizados. Em relação à primeira variável, a classificação da política dos estados considerou a Bahia e o Rio Grande do Norte como sendo de baixa responsabilização e Paraíba e Pernambuco como de alta responsabilização. As demais variáveis avaliaram a frequência com que:

- os docentes realizam atividades com os estudantes visando prepará-los para as avaliações externas;
- a direção escolar recomenda que o ensino deve ser ajustado para alcançar os padrões de aprendizagem dos testes externos; e
- a direção escolar recomenda que os estudantes sejam treinados para realizar os exames externos.

Para verificar a associação entre a classificação das políticas de responsabilização dos estados e a frequência com que as práticas docentes são orientadas para preparar os estudantes para os testes padronizados, foi aplicado um teste de independência, que afere “a hipótese nula de que não há associação entre a variável linha e a variável coluna em uma tabela de contingência” (Triola, 2008, p. 483). Para verificar se as diferenças entre as frequências observadas e esperadas são grandes o suficiente para serem consideradas significativas, utilizou-se como estatística de teste o Qui-Quadrado de Pearson (χ^2), o qual considera a hipótese nula de que não há associação entre as variáveis em estudo, rejeitando H_0 quando o valor- $p < 0,05$.

Resultados e discussão

Os resultados atestam que as três atividades referentes ao direcionamento da prática pedagógica dos docentes objetivando que seus estudantes alcancem bons

² A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (Coep/UFMG) e está registrada sob o número Caae 15185819.2.0000.5149 – Parecer nº 4.749.564.

resultados nos testes externos encontram-se estatisticamente associadas (valor- $p < 0,005$) à política de responsabilização dos estados (Tabela 1). Comprova-se uma intensidade maior de recomendações recebidas pelos professores da direção escolar voltadas para o alinhamento entre as atividades pedagógicas e os exames padronizados nos estados que possuem políticas de alta responsabilização. Além disso, os professores dessas localidades afirmam desenvolver mais frequentemente esse tipo de atividade.

Tabela 1 – Frequência de recomendações que a Direção/equipe de gestão envia aos docentes para ajustarem o ensino às avaliações externas e frequência de simulações para esses exames desenvolvidas pelos professores, segundo políticas avaliativas estaduais – Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte – 2021-2022

Atividades	Frequência	Baixa respon- sabilização (BA e RN)		Alta respon- sabilização (PB e PE)		Valor-p
		n	%	n	%	
Direção/equipe de gestão recomenda ensino ajustado para alcançar os padrões de aprendizagem dos testes externos	Nunca	25	7,5	9	1,6	0,000
	Às vezes	118	35,5	120	22,0	
	Frequentemente	189	56,9	417	76,4	
	Não respondeu (n = 23)					
Direção/equipe de gestão recomenda treinar os estudantes para os exames externos	Nunca	28	8,4	16	2,9	0,000
	Às vezes	130	39,2	126	23,1	
	Frequentemente	174	52,4	404	74,0	
	Não respondeu (n = 23)					
Professor simula teste, usa teste anterior etc. a fim de preparar os alunos para as avaliações externas	Durante o ano todo	232	68,0	485	87,9	0,000
	Somente no mês anterior ao teste	63	18,5	43	7,8	
	Não realiza	46	13,5	24	4,3	
	Não respondeu (n = 8)					

Fonte: Elaboração dos autores, com base em UFMG. Gestrado (2023).

Enquanto 56,9% dos professores dos estados de baixa responsabilização afirmam que a direção escolar frequentemente recomendava que o ensino fosse ajustado visando atingir os padrões de aprendizagem dos testes externos, essa proporção passa para 76,4% quando se consideram os docentes de estados de alta responsabilização (Tabela 1). Isso equivale a uma diferença de 19,5 pontos percentuais, considerada um incremento significativo na ocorrência desse tipo de direcionamento. Observa-se que as “traduções” das políticas de responsabilização extrapolam a gestão dos estados e municípios, pois se enquadram materializadas nas instruções da direção das escolas para os professores. Se, no âmbito dos entes federativos, verifica-se, conforme expressam Oliveira e Carvalho (2021), que as

políticas educacionais têm constituído um processo de regulação moldado aos resultados nos testes, no contexto das escolas assiste-se a uma recorrente interferência da gestão no trabalho dos professores. Maroy (2013) destaca que o direcionamento do trabalho dos professores visando à transmissão de conteúdos estabelecidos nos testes padronizados resulta em perda do controle sobre a prática de ensino.

Identificou-se também que a recomendação da direção escolar para os professores treinarem os estudantes para os exames externos é mais recorrente nos estados com políticas de alta responsabilização de escolas e professores. O estudo mostra que a diferença entre os docentes desses estados (74,0%) e daqueles com políticas de baixa responsabilização (52,4%) alcança 21,6 pontos percentuais. Portanto, revela-se que nos estados de alta responsabilização de escolas e professores o processo de *teaching to the test* (Gerwitz, 2002; Menken, 2006) se encontra solidificado, resultando na desprofissionalização da carreira docente (Maroy, 2013).

Além disso, verificou-se que a prática pedagógica voltada para os testes externos não se restringe ao campo das orientações dadas pelos gestores escolares. Os professores de estados de alta responsabilização confirmam que realizam atividades visando à preparação dos estudantes para esses testes (87,9%) de modo bem mais permanente do que aqueles em localidades de baixa responsabilização (68,0%). Durante todo o ano, os professores realizam atividades que envolvem aplicar simulações de testes ou aplicar testes anteriores.

Contudo, é importante salientar que nem todos os docentes obedecem a essas orientações. A pesquisa demonstrou que, apesar das recomendações da direção escolar para que encaminhem suas práticas pedagógicas para os testes externos, muitos professores resistem e não as incorporam nas suas atividades com os estudantes. Os dados mostram que, embora 91,6% dos professores de estados de baixa responsabilização tenham recebido algum tipo de recomendação para treinar os estudantes para os testes, somente 86,5% afirmam ter realizado alguma atividade dessa natureza. Ou seja, 5,1% dos docentes, apesar de terem recebido as recomendações, não realizaram atividades direcionadas para os testes com os estudantes. Entre os professores de estados de alta responsabilização, essa proporção diminui para 1,4%.

Conclusão

A conclusão do estudo é de que existe associação entre as políticas de responsabilização dos estados e a frequência com que as práticas docentes são orientadas para a preparação dos estudantes para os testes padronizados. Verificou-se que, nos estados que possuem políticas de alta responsabilização de escolas e professores, os gestores escolares recomendam com mais intensidade que os docentes moldem sua prática pedagógica para preparar os estudantes para os testes externos.

Tal conclusão é convergente com o que aponta a literatura internacional sobre o tema pois, conforme discutido neste artigo, estudos realizados em diferentes contextos nacionais chegaram a constatações semelhantes. Os efeitos indiretos das avaliações em larga escala sobre os processos de ensino e aprendizagem precisam ser mais investigados. A focalização da prática pedagógica em treinamento para os testes, em especial o reforço escolar centrado em determinadas disciplinas como Matemática e Língua Portuguesa, pode pôr em risco a formação mais ampla a que os estudantes têm direito, prevista, inclusive, na Constituição Federal:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil. Constituição, 1988).

Referências bibliográficas

AFONSO, A. J. Para uma conceitualização alternativa de *accountability* em educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr./jun. 2012.

AU, W.; APPLE, M. W. Testing, accountability and the politics of education. *Educational Policy*, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 421-433, Mar. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

GEWIRTZ, S. *The managerial school: post-welfarism and social justice in education*. London: Routledge, 2002.

MAROY, C. Estado avaliador, *accountability* e confiança na instituição escolar. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 319-338, jul./dez. 2013.

MENKEN, K. Teaching to the test: how no child left behind impacts language policy, curriculum, and instruction for english language learners. *Bilingual Research Journal*, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 521-546, 2006.

NORMAND, R. A modernização “eficaz” da profissão de professor confrontada às novas políticas de *accountability*. *Revista da Faeeba: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 27, n. 53, p. 18-29, set./dez. 2018.

OLIVEIRA, D. A.; CARVALHO, L. M. Performance-based accountability in Brazil: trends of diversification and integration. In: GREK, S.; MAROY, C.; VERGER, A. (Ed.). *World Yearbook of Education 2021: accountability and datafication in the governance of education*. London: Routledge, 2021. p. 157-173.

OLIVEIRA, D. A.; CLEMENTINO, A. M. As políticas de avaliação e responsabilização no Brasil: uma análise da educação básica nos estados da

Região Nordeste. *Revista Iberoamericana de Educación*, [S. l.], v. 83, n. 1, p. 143-162, 2020.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; RODRIGUES, C. *A política educacional em contexto de desigualdade: uma análise das redes públicas de ensino da Região Nordeste*. Campinas: Mercado de Letras, 2019. 571 p.

PARAÍBA. Lei nº 9.879, de 13 de setembro de 2012. Institui no âmbito do Poder Executivo Estadual, os Prêmios Mestres da Educação e Escola de Valor e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Paraíba*, João Pessoa, 14 set. 2012. p. 1.

PERNAMBUCO. Lei nº 14.602, de 21 de março de 2012. Dispõe sobre a divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nas escolas públicas da rede estadual de ensino. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, Recife, 22 mar. 2012. Ano 89, nº 55. p. 6

PERNAMBUCO. Secretaria de Estado de Educação (SEE). Portaria nº 5.661, de 10 de novembro de 2014. Torna público os critérios e procedimentos para realização do Processo de Acompanhamento e Avaliação de Desempenho da função de representação de diretor escolar das escolas públicas estaduais de Pernambuco. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, Recife, 11 nov. 2014. Ano 91, nº 210, p. 5.

RANSON, S. Public accountability in the age of neo-liberal governance. *Journal of Education Policy*, [S. l.], v. 18, n. 5, p. 459-480, Sep./Oct. 2003.

RAVITCH, D. *The death and life of the great American school system: how testing and choice are undermining education*. New York: Basic, 2010.

SANTOS, M. L. K. *As políticas de accountability na Região Nordeste em contexto de alta e baixa responsabilização*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

SILVA, A. F.; SILVA, L. L.; FREIRE, A. M. S. Políticas de *accountability* na educação estadual do Ceará, Pernambuco e Paraíba. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 33, e09562, 2022.

TRIOLA, M. F. *Introdução à estatística*. Tradução de Vera Regina Lima de Farias e Flores. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado). *As condições de oferta da Educação Básica pública em quatro estados do Nordeste do Brasil: síntese dos resultados do survey*. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2023.

Maíra Lana Kascher Santos, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG), é pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado).

maira.lanak@gmail.com

Edmilson Antonio Pereira Junior, estatístico, doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pós-doutorando (bolsista PDJ/CNPq) no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG e pesquisador do Grupo de Estudos sobre Políticas Educacionais e Trabalho Docente (Gestrado).

edmilsonpj@yahoo.com.br

Dalila Andrade Oliveira, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutoramento na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Université de Montréal, Canadá, é professora emérita da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

dalilaufmg@yahoo.com.br

Recebido em 13 de maio de 2024

Aprovado em 19 de agosto de 2024